



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 29 de maio de 2018

As ações da UE de combate à radicalização dão resposta às necessidades dos Estados-Membros mas continuam a existir falhas de coordenação e avaliação, afirmam os auditores

Segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, o apoio da UE aos Estados-Membros nos esforços de combate à radicalização está a dar resposta às necessidades destes, mas existem algumas falhas a nível da coordenação e avaliação. Os auditores afirmam que a Comissão não consegue demonstrar o grau real de eficácia das ações de combate à radicalização financiadas pela UE, o que significa que existe o risco de não serem retirados ensinamentos para o futuro.

Os Estados-Membros são responsáveis pela sua própria segurança nacional, incluindo a luta contra o terrorismo, estando encarregados de conceber e executar medidas com vista a combater a radicalização, ou seja, a adesão de pessoas a ideologias e comportamentos extremistas que as podem levar à prática de atos terroristas. A maioria dos suspeitos implicados nos recentes ataques terroristas na Europa eram cidadãos europeus que foram radicalizados. A Comissão Europeia apoia os Estados-Membros nos esforços que desenvolvem e ajuda a garantir a partilha de boas práticas.

O apoio da UE aos Estados-Membros na luta contra a radicalização é financiado por vários fundos, tais como o Fundo para a Segurança Interna, o programa Horizonte 2020, o programa Justiça, o Erasmus+ e o Fundo Social Europeu (FSE).

"A Comissão coordenou o apoio dos seus diferentes serviços e desenvolveu várias sinergias, mas existe margem para melhorias", afirmou Jan Gregor, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "A Comissão não dispõe de uma visão global das ações financiadas pela UE e os fundos da União utilizados não dispõem de indicadores ou metas que permitam medir o grau de sucesso no combate à radicalização."

Os auditores constataram que a Rede de Sensibilização para a Radicalização, que faz a ligação entre psicólogos, professores, assistentes sociais, guardas prisionais e agentes de polícia e de vigilância em toda a Europa que trabalham com as pessoas vulneráveis à radicalização, não foi utilizada em todo o seu

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.

O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

@EUAuditors

eca.europa.eu

potencial. Os seus resultados foram frequentemente aferidos em termos de volume de atividade (por exemplo, o número de reuniões realizadas ou de documentos elaborados) e não de eficácia (por exemplo, os conhecimentos adquiridos ou o impacto no trabalho dos participantes).

A Unidade de Sinalização de Conteúdos na Internet da União Europeia, gerida pela Europol, sinaliza conteúdos terroristas *online* e alerta os fornecedores de serviço, tais como o YouTube, Google, Facebook e Twitter. No entanto, os auditores salientam que as estatísticas da UE não indicam o impacto da ação da União na prevalência da propaganda terrorista na Internet. Por vezes, os materiais de propaganda retirados são simplesmente recarregados ou mudados para outras plataformas (algo conhecido como o efeito "jogo das toupeiras").

Os trabalhos de auditoria incluíram visitas a autoridades nacionais na Bélgica e em França para avaliar a relevância e o valor acrescentado do apoio recebido. Os auditores recomendam que a Comissão Europeia melhore a forma de coordenação das suas ações de combate à radicalização, aumente o apoio prático aos profissionais e decisores políticos nos Estados-Membros e melhore o quadro de avaliação dos resultados.

Nota aos diretores das publicações

O Tribunal apresenta os seus relatórios especiais ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, bem como a outras entidades interessadas como os parlamentos nacionais, partes interessadas do setor e representantes da sociedade civil. A grande maioria das recomendações formuladas nos relatórios do TCE é posta em prática. Este elevado nível de concordância salienta os benefícios do trabalho do Tribunal para os cidadãos da UE.

O Relatório Especial nº 13/2018, intitulado "Combate à radicalização que leva ao terrorismo: a Comissão deu resposta às necessidades dos Estados-Membros, mas com algumas falhas de coordenação e avaliação", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.